

A escalada do confronto**Sarney tem direito a seis anos de mandato, diz Leonidas**

Da Sucursal do Rio

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, disse ontem que o presidente Sarney, pela atual Constituição, tem direito a um mandato de seis anos. "Os constitucionalistas, muitos deles, têm falado que esse direito [de Sarney aos seis anos de mandato] é líquido e certo, porque a Constituição que vigora e que estabelece todas as coisas que aí estão neste país, em curso, emanam da mesma fonte, que é a nossa Constituição de 69. Então, constitucionalmente este direito é líquido e certo", afirmou o ministro. A declaração do ministro foi feita no intervalo da reunião do Alto Comando do Exército, que começou às 8h e terminou às 18h30.

Perguntado sobre se a soberania do Congresso constituinte para reduzir o mandato do presidente, o ministro afirmou: "Bom este é outro problema que os juristas discutem. Uns dizem que ela não tem soberania, que o direito dela é apenas derivado. Vamos deixar esses homens que tratam com tanta propriedade disso chegarem à sua conclusão". E acrescentou: "Eu pessoalmente julgo da maior impropriedade uma eleição em 88".

Eleições gerais

O ministro reafirmou sua tese em

favor de eleições gerais caso o Congresso constituinte aprove um mandato de quatro anos para o presidente Sarney: "Nessa hipótese", disse, "já que o mal é feito pela metade, façamos então total, para evitar no futuro, no ano de 89... seja necessário uma outra eleição e em 90 outra eleição. Então, se o mal é necessário então façamos todo de uma vez só". Fez a ressalva de que não considera "eleição um mal" e que estava se referindo apenas ao "mal de fazer em 88".

Na entrevista, o general Leonidas criticou os cartazes da CUT criticando constituintes e discordou das afirmações do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) sobre "ameaça de golpe" e do ex-presidente João Figueiredo sobre ameaça de "golpe sem general", qualificou de "imprópria" a inclusão, na CPI do Senado sobre corrupção, da compra de helicópteros pelo Exército e foi enfático na previsão de que o processo político não sofrerá retrocesso: "Jamais", disse quatro vezes.

Alto Comando

Esta foi a primeira vez que o Alto Comando do Exército se reuniu no Rio desde 1972, quando o Ministério do Exército foi transferido para

Brasília. O general Leonidas disse tratar-se de uma "reunião de rotina" e afirmou que a escolha do Rio como sede se devia ao fato de que hoje, com a inauguração das obras de ampliação da Academia Militar de Agulhas Negras (Aman), em Resende (município a 160 km do Rio), ele teria mesmo que "convidar os membros do Alto Comando do Exército para comparecer" à solenidade, às 10h. A Folha apurou que a reunião, além de assuntos administrativos, teve em sua pauta uma análise da situação política do país.

Avaliação

Um dos motivos de o general Leonidas decidir fazer no Rio a reunião do Alto Comando é o fato de neste momento em que dois oficiais da Escola de Aperfeiçoamento do Exército (Esao), com sede na Vila Militar (zona norte carioca), estão na iminência de ser expulsos do Exército. O ministro resolveu prestigiar as guarnições militares do Rio.

A reunião serviu de termômetro para o ministro avaliar a posição da oficialidade em relação à atual conjuntura.

Leia a íntegra da entrevista do ministro do Exército no pág. A-7



Leonidas preside a reunião do Alto Comando do Exército, na sede do Comando Militar do Leste (centro do Rio)

Ministros militares incentivaram o pronunciamento do presidente

Da Sucursal de Brasília

Os ministros do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, da Marinha, almirante Henrique Saboia, e da Aeronáutica, tenente brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, incentivaram o pronunciamento do presidente José Sarney, no seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", levado ao ar ontem de manhã. Os três ministros militares conversaram sobre o assunto nos despachos de rotina durante a semana que, separadamente, mantêm com o presidente. Somente o ministro Leonidas teve conhecimento antecipado, na quinta-feira pela manhã, de um esboço do pronunciamento feito pelo presidente Sarney.

Os ministros militares deram a entender ao presidente Sarney que o único responsável pela crise política do país é ele mesmo, por dois motivos: 1- não está utilizando sua autoridade na medida necessária; e 2- permite que uma "minoridade radical" tente mantê-lo sob pressão com o objetivo específico de desmoralizar sua administração. Por causa

Boatos geram expectativa no mercado financeiro

Da Redação

O mercado financeiro foi tumultuado ontem por uma série de boatos: ameaça de golpe, queda de ministros, feriado bancário na segunda-feira e novo congelamento de preços. "Toda vez que o Conselho Monetário Nacional se reúne dá origem a boatos e gera expectativas", disse ao final da tarde de ontem o diretor da Área Bancária do Banco Central (BC), Wadico Waldir Bucchi, 36, em entrevista na sede da instituição, na avenida Paulista,

área central de São Paulo. Bucchi mostrou-se surpreso com os rumores do mercado e disse que desconhecia a veracidade de qualquer um deles.

Os rumores influíram nos preços das ações e do dólar no paralelo. O índice da Bolsa de Valores de São Paulo —que mede o comportamento de preços das 83 ações mais negociadas— teve uma queda abrupta de 5,3%. As cotações do dólar no paralelo saltaram de Cz\$ 120,00 para compra e Cz\$ 121,50 para venda, no dia anterior, para Cz\$ 121,50 e Cz\$ 123,50, respectivamente, ontem.

disso acharam que ele deveria reagir com mais firmeza contra aqueles que o estão atacando.

Durante despacho com o presidente Sarney, na quarta-feira, o general Leonidas analisou as recentes declarações do presidente do Congresso

constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Para Leonidas, ao qualificar os integrantes da Junta Militar de 1969 de "três patetas", Ulysses estava dando o primeiro passo para o lançamento de sua candidatura à Presidência da República. (Dalton Moreira)

Passarinho diz que as Forças Armadas devem manter a decisão do Supremo

Da Sucursal de Brasília

"Quando houver uma decisão do Supremo Tribunal Federal, as Forças Armadas serão obrigadas a mantê-la, já que têm responsabilidade pela ordem interna do país", afirmou ontem o senador Jarbas Passarinho (PA), presidente nacional do PDS e coronel da reserva do Exército. "Não estamos mais numa rota de colisão entre os poderes, o que existe hoje já é um conflito entre a Constituinte e o Poder Executivo", acrescentou.

Segundo Passarinho, não há um único responsável pelo choque. "Acontece reciprocamente", afirmou. Ressaltou também que, do lado do Executivo, entram no conflito não apenas o presidente da República, mas "alguns ministros e o consultor-geral (Saulo Ramos)".

O senador declarou ainda que a disposição do presidente Sarney em recorrer ao STF para garantir um mandato de seis anos "denuncia a inexistência de solução entre ele (Sarney) e os políticos". Passarinho afirmou, no entanto, que ainda existem saídas para o impasse e lembrou que em 1961, "com uma guerra civil praticamente declarada, encontrou-se uma solução via parlamentarismo, no qual o mandato é secundário".

Passarinho salientou que não estava defendendo necessariamente a



O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA)

mudança do sistema de governo mas apontando um exemplo de possíveis saídas negociadas para a crise entre o Congresso constituinte e a Presidência da República. "Ainda continuo presidencialista", disse o senador.

"A solução, no momento, é evitar provocações", afirmou Passarinho, referindo-se às votações no plenário do Congresso constituinte. "O que se aprovou até agora não torna o país ingovernável, mas cria dificuldades crescentes", disse, contrariando as críticas de alguns parlamentares e do próprio Sarney, que acusaram os

constituintes de elaborarem um texto que inviabiliza a economia nacional.

Para o senador, o trabalho realizado até agora "é distributivista precoce e fará com que o tiro saia pela culatra", o que não permite considerá-lo inaplicável. Passarinho disse ter sido procurado por parlamentares de diversos partidos logo que foi divulgada a "Conversa ao Pé do Rádio" do presidente Sarney. Todos os políticos, disse o senador, mostraram-se preocupados em encontrar formas para evitar o confronto com o Executivo. (Andrew Greenless)